



RELATÓRIO Nº 1, DE 2018 – CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 542/2015, que "Torna obrigatório ao departamento de trânsito do Distrito Federal-DETRAN-DF o registro da quilometragem dos veículos vistoriados na sua base de dados e dá outras providências".

Relator: Deputado Prof. Reginaldo Veras

O Governador do Distrito Federal, por intermédio da Mensagem nº324/2017-GAG, de **15 de dezembro de 2017**, comunicou à Presidência desta Casa os motivos do veto **parcial** ao **Projeto de Lei nº 542/2015**, de autoria do **Deputado Júlio César**, que **torna obrigatório ao departamento de trânsito do Distrito Federal-DETRAN-DF o registro da quilometragem dos veículos vistoriados na sua base de dados e dá outras providências**.

A proposição em comento foi aprovada nos termos da proposição original.

Na **fl. 32**, entende-se que o Chefe do Executivo motivou o veto uma vez que em seu art. 3º estabelece prazo para a regulamentação da lei contrariando o entendimento do STF que assentou ser inconstitucional esse tipo de balizamento ao Chefe do poder Executivo Local em respeito ao princípio da separação entre poderes. Por essa razão foi vetado o art. 3º do PL supracitado.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

PRESIDENTE

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS
RELATOR

